

## PARECERISTAS PARA O MENDES JÚNIOR

A Direito GV lançou edital de contratação de especialistas para a elaboração de pareceres sobre as monografias inscritas no Prêmio Mendes Júnior. Os pareceristas selecionados atuarão na fase eliminatória do concurso. A remuneração bruta prevista é de R\$ 300,00 por monografia avaliada, sendo que o tamanho máximo de cada monografia está limitado a 50 páginas. O número total de trabalhos

avaliados por cada parecerista dependerá do total de inscritos. Os selecionados deverão ter disponibilidade para participar de uma oficina de uniformização de padrões de correção, na Direito GV, em 11 de abril. Os candidatos devem ter título de doutor em Direito obtido em instituição nacional ou titulação equivalente obtida em instituição estrangeira, mesmo que ainda pendente de validação no Brasil,

além de comprovada experiência acadêmica em área relevante para a temática do prêmio. No momento da inscrição, o interessado deverá apresentar currículo atualizado na Plataforma Lattes. As inscrições serão feitas exclusivamente pelo e-mail [premios.direitogv@fgv.br](mailto:premios.direitogv@fgv.br). Os documentos indicados no edital devem ser digitalizados em formato PDF e enviados até 15 de março.

## ICJBRASIL: IGREJA É A SEGUNDA INSTITUIÇÃO MAIS CONFIÁVEL

A confiança da população nas instituições sofreu mudança importante no terceiro trimestre de 2010. É o que revela pesquisa do ICJBrasil (Índice de Confiança na Justiça), produzido pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Direito GV). Enquanto o Judiciário ficou em situação desconfortável, num empate com a polícia e à fren-

te apenas do Congresso e dos partidos políticos, a Igreja saltou do sétimo lugar para a segunda posição.

Neste trimestre, 54% dos entrevistados disseram que a Igreja é uma instituição confiável. No segundo, 34% haviam dado essa resposta. Já a confiança nos partidos políticos caiu de 21% para 8% no período, mantendo-se em última posição

no ranking. As Forças Armadas continuam tendo a maior confiança por parte da população (66%). Entretanto, apenas 33% disseram que o Judiciário é confiável. O Congresso ficou com 20%. Outras instituições obtiveram os seguintes resultados: Grandes Empresas (44%), governo federal (41%), emissoras de TV (44%) e imprensa escrita (41%).

## GESTÃO DE EMPRESAS FAMILIARES: NOVO LIVRO DA SÉRIE GVLAW

O mais recente lançamento da série *GVlaw* é o título *Direito, Gestão e Prática – Empresas Familiares*, coordenado por Roberta Nioac Prado. O livro tem por objeto o estudo, no âmbito das governanças corporativa, familiar e jurídico-sucessória, de estruturas e instrumentos utilizados na preservação e continuidade de empresas familiares. O Capítulo 1, escrito pela coordenadora Nioac Prado, trata das características, conceitos e da importância das empresas familiares. Em seguida aborda os principais aspectos e instrumentos relativos às governanças corporativa, familiar e jurídico-sucessória. O 2º, de autoria do advogado Renato Ochman, especialista

em Direito Societário, trata das estruturas societárias que servem como instrumentos de planejamento sucessório, tanto da gestão empresarial quanto da propriedade acionária. Luiz Kignel, especialista em Direito da Família e das Sucessões, aborda os instrumentos jurídicos cíveis e de família hábeis a reger casamentos e sucessões de empresários familiares no Capítulo 3. O seguinte, elaborado por Alexandre Di Miceli da Silveira (professor da FEA-USP e especialista em governança corporativa) e Angela Donaggio, advogada e consultora em governança, aborda os principais aspectos de um Conselho de Administração quando implementado em empresa

familiar com o objetivo de melhorar a sua governança corporativa. O Capítulo V, de autoria de José Henrique Longo e Marcia Setti Phebo, ele especialista em Direito Tributário, ela especializada em Direito Societário, fala dos Fundos de Investimento familiares fechados, criados com a finalidade de reger e planejar, com redução de carga tributária, a sucessão dos ativos financeiros de patriarcas e matriarcas. O consultor internacional em Family Offices Rene Werner finaliza a obra com os principais aspectos da estrutura de governança familiar e corporativa no regimento de relações familiares com respeito aos seus bens tangíveis e intangíveis.

## COMPARAÇÃO ENTRE 2º TRIMESTRE E 3º TRIMESTRE DE 2010

O ICJBrasil do terceiro trimestre de 2010 foi de 4,4 pontos, em uma escala de 0 a 10, mesmo índice obtido no trimestre anterior. O índice é formado pelos subíndices de comportamento e percepção, sendo que o segundo cravou uma nota 6,3 e o primeiro, 3,5 pontos, sempre em uma escala de 0 a 10. O Distrito Federal foi o que registrou maior confiança no Judiciário, com 4,6 pontos, desbancando a liderança do Rio Grande do Sul, que, desde o início da sondagem, em julho de 2009, ocupa-

va o posto. No período, o Estado gaúcho recebeu 4,5 pontos. São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram o mesmo índice de confiança, 4,4 pontos. Bahia, Minas Gerais e Pernambuco são os que menos confiam no Judiciário: com 4,3 pontos cada um.

“A confiança no Judiciário cresce à medida que aumenta a renda e a escolaridade dos entrevistados”, explica Luciana Gross Cunha, professora da Direito GV e coordenadora do ICJBrasil. O índice também analisou a confiança no Judiciário

segundo a cor da pele e constatou que, quem se declara negro, pardo ou indígena confia menos do que brancos ou amarelos.

Apesar do pouco prestígio do Judiciário junto à população, a visão do brasileiro é de que, de forma geral, a Justiça está melhor hoje do que no passado e tende a melhorar ainda mais no futuro. Para 47% dos entrevistados, o Judiciário funcionou melhor nos últimos cinco anos. Outros 67% acreditam que ele irá melhorar nos próximos cinco anos.

## PALESTRA DO NÚCLEO DE DIREITO GLOBAL: ATUAÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC

O Núcleo de Direito Global da Direito GV recebeu o conselheiro-geral de Contenciosos do Ministério das Relações Exteriores, Celso de Tarso, para a palestra “A atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC”, realizada em 23 de novembro de 2010. O Brasil tem sido um dos cinco países mais atuantes no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Desde o início das

atividades da OMC e do funcionamento do sistema de solução de controvérsias, em 1995, o governo brasileiro e a comunidade especializada em comércio internacional no país têm se mobilizado para o desenvolvimento de capacitação técnica e jurídica no Brasil sobre como atuar no sistema da OMC. E isso tem gerado impactos nos casos levados ao sistema e suas decisões para o futuro do comércio internacional e sua regu-

lamentação”, explica o professor Salem Nasser, coordenador do Núcleo de Direito Global.

A Coordenação Geral de Contenciosos, hoje chefiada pelo conselheiro Celso de Tarso Pereira, foi criada em 2001 no âmbito do Ministério de Relações Exteriores para cuidar exclusivamente da atuação do Brasil no mecanismo de solução de controvérsias da OMC, assim como da participação brasileira em negociações.

## SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA AUMENTA EM QUASE 700% IMPOSTO PARA PEQUENA EMPRESA

Dependendo do local e do produto, o aumento entre o imposto pago no Simples Nacional e via substituição tributária se aproxima de 700%. O problema afeta mais de 2 milhões de empreendimentos do setor de comércio e serviços que estão entre as 4,3 milhões de empresas do Simples Nacional. Para discutir esse e outros temas o Sebrae e o Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Direito

GV promoveram o seminário “Reforma Tributária Viável: Desafios do ICMS Rumo ao Desenvolvimento Nacional”. Os participantes discutiram distorções na aplicação do imposto, substituição tributária e seus impactos na competitividade empresarial. Entre os palestrantes estiveram o professor Eurico Marcos Diniz de Santi (coordenador-geral da NEF), Clóvis Panzarini (ex-secretário da

Fazenda de São Paulo), Alcides Jorge Costa (Universidade de São Paulo), Cleverton Siewert (secretário de Fazenda de Santa Catarina), Isaías Coelho (ex-chefe da Divisão de Política Tributária do Fundo Monetário Internacional), o deputado federal Luiz Carlos Hauly (ex-secretário da Fazenda do Paraná) e o gerente-adjunto de Políticas Públicas do Sebrae, André Spínola.